

O destino do PMDB depende do mandato

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

As lideranças governistas do PMDB e do PFL, apesar do receio de manobras obstrucionistas das esquerdas do PMDB, do PT e do PDT, esperam a partir desta tarde quórum máximo na Assembleia Constituinte — 559 — para a possível definição da duração do mandato do presidente Sarney e decisão do problema da anistia e reintegração de militares punidos até quinta-feira.

Nas previsões dos defensores de eleições presidenciais em novembro de 89, com a votação máxima da emenda Matheus Iensen, que garante mandato de cinco anos para Sarney, haverá resultados negativos — a favor de quatro anos — somente em seis bancadas: São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco, Santa Catarina e Alagoas. Na da Bahia daria empate e nas outras bancadas há convicção de que prevalecerá o voto pelos cinco anos.

Se a obstrução funcionar, o que é considerado muito difícil com a presença maciça dos cincoanistas, as votações do mandato e da anistia seriam adiadas. Os líderes do governo comandariam a retirada de seus liderados do plenário, transferindo as decisões para o dia 9 em diante — após o retorno do presidente Sarney dos Estados Unidos e da volta de Ulysses Guimarães à presidência da Constituinte. Com a ausência de Sarney do País, como presidente da Câmara e vice-presidente constitucional, o veterano parlamentar paulista terá de exercer, novamente, a chefia interina do governo.

O Centrão não quer se arriscar com dois temas polêmicos e importantes sem Ulysses no comando das sessões. Os vice-presidentes da Constituinte, Mauro Benevides (PMDB) e Jorge Arbage (PDS), são considerados "fracos".

Se tudo correr bem, nesta semana será confirmado mandato de cinco anos para o atual presidente, da mesma forma que já ficou estabelecido como norma permanente para seus sucessores. Esta decisão afetará, principalmente, o PMDB, alimentando os independentes — quase cem — já rompidos com o Palácio do Planalto. Até a convenção nacional do PMDB, marcada para 21 de agosto, crescerá o trabalho pelo rompimento total com o governo, apesar das restrições dos moderados.

A substituição dos ministros mais ligados a Ulysses, como Renato Archer, Luiz Henrique e Celso Furtado, poderia provocar reações dos dirigentes do PMDB. O próprio presidente do partido tem alertado líderes governistas para o "erro político" da exoneração do ministro da Previdência Social, cuja cabeça tem sido pedida pelos líderes do PFL.

Os líderes da corrente de centro-esquerda do PMDB acham que Ulysses Guimarães não teria condições de recusar a proposta de "declaração de guerra" ao governo, sob pena de ficar somente na companhia do Centro Democrático. Garantem que, dos 17 ministros do

PMDB, o único com poder político é, justamente, Renato Archer, principal alvo do PFL e dos moderados.

O líder peemedebista na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, que votará pelo mandato de quatro anos, também defende a redefinição do partido e o afastamento do Planalto. "Não podemos mais dizer publicamente que não apoiamos o governo, com os nossos ministros permanecendo na Esplanada dos Ministérios", desabafou o parlamentar gaúcho. Ibsen Pinheiro luta pela permanência do grupo de centro-esquerda no PMDB, para o confronto com a corrente de centro-direita na convenção nacional. O líder do partido na Constituinte, Mário Covas, não vê sentido prático nesta pregação, lembrando que a convenção nacional será dominada pelos governadores e pelos moderados — com raras exceções.

A influente corrente de centro-esquerda do PMDB está prestes a se dividir: mais de 50 formam o "novo PMDB" — grupo que defende a permanência no partido para o confronto na convenção nacional. Se os governadores e os moderados saírem vitoriosos, todos sairiam em bloco, para organizar nova agremiação de centro-esquerda. Cerca de 30 outros não querem mais esperar, preferindo o desligamento imediato.

Os dois lados do mesmo grupo estão em reunião permanente, buscando uma solução comum, com Mário Covas na berlinda: o "novo PMDB" quer colocar o senador paulista na presidência nacional do partido e os defensores do novo partido não abrem mão da participação do atual líder na Constituinte.

Enquanto o PMDB vive seu drama, às voltas com mais de 30 mil cargos de confiança na administração Sarney, no Palácio do Planalto a estratégia está traçada. Com mandato definido, o governo terá "nova cara". Os ministros de maior confiança do presidente garantem a revisão no Ministério e nos escalões superiores. "Só ficará no governo quem apóia o governo", anunciou um dos ministros, lembrando que o PMDB, com 17 titulares de pastas ministeriais, tem o maior contingente oposicionista no Congresso, a começar pelos líderes no Senado, na Câmara e na Constituinte.

Asseguradas eleições presidenciais a 15 de novembro de 89 — o governo não apóia coincidência com o pleito municipal em maio ou setembro do próximo ano, segundo os líderes José Lourenço e Carlos Sant'Anna — restará a definição do apoio político-parlamentar a Sarney. O Planalto prefere contar com partidos. Se não der, organizará o bloco governista interpartidário, logo após as convenções do PMDB e do PFL.

Um influente ministro observou que o papel de Ulysses Guimarães será decisivo no apoio político-parlamentar ao governo Sarney. Na presidência de um partido com um pé no palanque e outro no Palácio, Ulysses não poderá mais continuar. Antes da opção do PMDB, o governo quer a opção de Ulysses.

F.M.